

REVISTA DE

ESTUDOS LITERÁRIOS

Coordenação: Ana Paula Arnaut e Ana Maria Binet | 2018 | 8

DO POST-MODERNISMO
AO HIPERCONTEMPORÂNEO:
OS CAMINHOS
DAS LITERATURAS
EM LÍNGUA
PORTUGUESA

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

DIÁLOGOS OU COLÓQUIOS**FRANCISCO DE MORAES****MARGARIDA SANTOS ALPALHÃO,****ANA SOFIA LARANJINHA,****ISABEL BARROS DIAS (EDS.)****Lisboa, Instituto de Estudos de Literatura****e Tradição, Faculdade de Ciências****Sociais e Humanas da Universidade****Nova de Lisboa, 2016****119 páginas. ISBN 978-9899976115**

O presente livro surge no âmbito do Projeto *Diálogos Quinhentistas (2010-2013)*, desenvolvido no Centro de Estudos sobre o Imaginário Literário (CEIL), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, agora integrado no Instituto de Estudos de Literatura e Tradição, da mesma instituição.

As autoras, Margarida Santos Alpalhão, Isabel Barros Dias e Ana Sofia Laranjinha, fazem um estudo e uma edição crítica dos três conhecidos diálogos de Francisco de Moraes, a saber, o *Diálogo entre um fidalgo e um escudeiro*, o *Diálogo entre um cavaleiro e um doutor*, e, por último, o *Diálogo em estilo jocoso entre uma regateira e um moço da estribeira*.

O primeiro aspeto que chama a atenção, após cuidada leitura, é a inexistência de um “estado da questão” que nos permita conhecer o percurso editorial destes opúsculos, dos quais existiam várias edições, entre elas uma realizada por nós próprios – apenas mencionada na pág. 15 –, recentemente publicada em várias revistas espe-

cializadas¹, sendo a primeira vez que foram editadas de uma maneira crítica tomando em consideração a sua transmissão manuscrita e impressa. Contudo, os resultados desta edição, bem como os das anteriores edições de António Sérgio (1967) ou de Elze Matias (1981), são omitidos na obra de Alpalhão, Dias e Laranjinha. Note-se, todavia, que essa não é a única omissão de que enferma a obra em apreço, porquanto outros trabalhos de relevo para o tema escaparam à atenção das estudiosas.

Em primeiro lugar, as investigadoras, além de falarem sumariamente tanto sobre o autor e sua obra (págs. 7-8) como sobre o conteúdo de cada um dos textos (págs. 8-11), oferecem, nas secções 3 (Testemunhos e edições: págs. 11-16), e 4 (Descrição codicológica dos testemunhos: págs. 16-21) a transmissão textual completa dos três textos, tendo em conta não só a difusão manuscrita mas também a impressa. A referida transmissão contempla os seguintes cinco testemunhos, quatro deles manuscritos – deixamos de lado o manuscrito LXXXI, da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, que,

1 Aurelio Vargas Diaz-Toledo, “*Diálogo entre um fidalgo e um escudeiro*, de Francisco de Moraes”, *eHumanista. Journal of Iberian Studies*, 22 (2012), http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_22/regu-lar/7%20vargas_diaz-toledo.pdf; “*Diálogo entre um cavaleiro e um doutor*, de Francisco de Moraes”, *Revista de Filología Románica*, 30, 1 (2013), pp. 181-208; “*O Diálogo em estilo jocoso entre uma regateira e um moço da estribeira*, de Francisco de Moraes”, *Rivista di Filologia e Letterature Ispaniche*, XV (2012), pp. 47-65.

na realidade, é um texto preparatório da edição de 1786- e um impresso: o manuscrito 3563 da Biblioteca Nacional de Lisboa, que é uma Coletânea de Gil Nunes de Leão; o manuscrito 147 da Coleção Pombalina, da mesma instituição; o códice 63 do Fundo Azevedo, da Biblioteca Pública Municipal do Porto; o códice factício da Biblioteca da Ajuda, sob a cota 52-VIII-38; e, por último, a edição eborense de 1624 (Manoel Carvalho).

De todos os testemunhos, só o manuscrito pombalino e a edição de Évora transmitiram os três diálogos moraesianos completos, ao passo que o da Coletânea de Nunes de Leão difundiu somente os dois primeiros diálogos, a saber, o do fidalgo e um escudeiro, por um lado, e o do cavaleiro e o doutor, por outro. O códice portuense, por sua vez, transmitiu o primeiro desses diálogos completo e o segundo incompleto. Por último, no manuscrito da Ajuda encontra-se unicamente o primeiro diálogo.

Na apresentação de cada um dos testemunhos e edições, as autoras procuram uma ordem pretensamente cronológica. Contudo, as próprias autoras reconhecem que “não podemos precisar com total segurança qual é o mais antigo [testemunho] uma vez que, em termos linguísticos, o cotejo dos manuscritos revela dados por vezes contraditórios” (pág. 11). Nada se diz das descrições realizadas por nós, em 2010, no âmbito do projeto *Dialogica: Biblioteca Digital de*

Diálogo Hispánico (BDDH) [em linha: <http://www.dialogocabddh.es/>], dirigido pelas Professoras Doutoras Ana Vian Herrero e Consolación Baranda Leturio, da Universidade Complutense de Madrid, e que está em curso desde 2006 [IDEAPROMYR. Inventario, Descripción, Edición crítica y Análisis de textos de prosa hispánica bajomedieval y renacentista. Línea: Diálogos (Fase 1)]. De facto, não se menciona em parte nenhuma da obra este projeto que foi o primeiro a tratar este amplo género literário em território hispânico, sendo a parte lusitana da responsabilidade nossa logo desde o início do projeto, no qual temos vindo a dar importantes resultados, conforme se pode ver no citado projeto, para além de outros trabalhos publicados em revistas especializadas (“Uma primeira aproximação do *corpus* dos Diálogos Portugueses dos séculos XVI-XVII”, *Criticón*, 30 (2013), pp. 65-130). Produzimos diversos resultados no âmbito desse projeto de entre os quais, seja-nos permitido salientar as pormenorizadas descrições de todos os testemunhos referenciados pelas autoras, com exceção dos da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca da Ajuda, que foram descobertos mais tarde, o primeiro pelo investigador Filipe Alves Moreira, e o segundo, conforme afirmam as autoras, também pelo anterior e por Irene Freire Nunes. No que diz respeito ao manuscrito portuense, que também nos foi comunicado através de Filipe

Moreira, nós tivemos-lo em conta só depois, na nossa edição conjunta dos três opúsculos de Francisco de Moraes (*Diálogos de Francisco de Moraes*, Porto, Universidade do Porto, Série Letras Portuguesas, 2017).

Na secção 4, dedicado à “Descrição codicológica dos testemunhos”, para além de terem inserido aqui o impresso saído do prelo de Manoel de Carvalho em 1624, as autoras repetem algumas informações da secção anterior, nomeadamente as informações relativas à composição e estrutura dos códices. Aqui nomeiam cada testemunho com uma letra ligada ora ao seu lugar de proveniência (**P**= cód. 127 da Coleção Pombalina; **E**= edição de Évora; e **C**= manuscrito 52-VIII-38, da Biblioteca da Ajuda, que recolhe uma Coleção de Notícias pelo Marquês de Colares), ora ao nome do possuidor do códice (**A**= ms. 63 do Fundo Azevedo da BPMP; e **G**= ms. 3563 da Coletânea de Gil Nunes de Leão).

A secção 5 (Texto-base, variantes e manipulações: págs. 21-30) é a parte da introdução que apresenta um maior número de inexactidões, que importa salientar. Para começar, utiliza-se uma terminologia alheia à ecdótica. De facto, dado que as autoras não citam nenhum manual de crítica textual, desconhecemos o que levou às autoras a usarem termos como os seguintes: à hora de falar dos manuscritos da coleção Pombalina, do fundo Azevedo e de Gil Nunes de Leão, consideramos «marginais» no que diz respeito

às edições impressas da obra, mas, na verdade, não sabemos o que significa essa marginalidade. Mais estranho é o termo «contagiar» aplicado a um trecho que se encontra deslocado e fora de sítio na edição impressa de Évora, “confusão esta que não «contagiou» quem redigiu a cópia existente no manuscrito da Biblioteca Pombalina” (pág. 28). Tais termos, entre outros – como o uso, no aparato de variantes das palavras, “falta em” para assinalar a omissão de determinadas partes do texto, em lugar da abreviatura a itálico “*om.*” –, não figuram nos principais autores dos estudos ecdóticos, tais como Spaggiari, Perugi e Filho, no âmbito lusitano, ou Blecua, Pérez Priego e Orduna, no hispânico, para citar apenas alguns exemplos neste campo.

Ao longo da introdução, e muito especialmente neste quinto bloco, predomina a ideia de procura do manuscrito mais antigo, ou *codex antiquior*, no pressuposto de que essa descoberta permitisse aceder à versão mais próxima da última vontade do autor. Para isso, aduzem as autoras uma série de argumentos linguísticos a partir da comparação de todos os testemunhos (determinados traços do português médio, uso de vocabulário arcaico, etc.), cujos resultados, segundo as próprias autoras, as levam a afirmar que “em todo o caso, o facto de o estudo do estado da língua nos remeter para uma ordenação que não é totalmente coincidente com as informações que nos são dadas pela

análise e datação das letras e do papel usado e por algumas datas existentes nos manuscritos impede a apresentação de uma ordenação rígida e indubitável dos testemunhos” (pág. 25).

Deixando de lado estes aspetos e alguns comentários óbvios (“...com exemplos e referências a figuras que o leitor contemporâneo conheceria e identificaria melhor que o leitor do século XXI”), as autoras escolhem como texto-base para a presente edição crítica o testemunho P, isto é, o da coleção Pombalina, da Biblioteca Nacional de Lisboa, “apesar de não se tratar do manuscrito mais antigo” (pág. 25). Várias são as razões que conduzem as autoras a esta escolha: em primeiro lugar, o facto de este testemunho ser o único a conter os três diálogos; em segundo lugar, o facto de esse testemunho se apresentar como uma versão que não terá sido modernizada de maneira significativa, como as autoras comprovam com vários exemplos; por último, o facto de este manuscrito “ser o único que conserva uma marca distintiva atribuível ao autor”, que corresponde, segundo as autoras, à utilização da contração «cos», equivalente a «que os», traço recorrente também numa das cartas manuscritas pelo próprio Francisco de Moraes, bem como na primeira edição do *Palmeirim de Inglaterra* (pág. 30). Note-se porém, relativamente a este último argumento, que as autoras ignoram que esta forma sintática, tão comum no século XVI e XVII em dúzias de documentos, pode

ter sido escrita pelo copista ou pelo responsável pela edição, e não pelo autor do texto. De facto, não é possível atribuir a redação de um texto a um escritor baseando-se em um único traço linguístico.

No que diz respeito às variantes e à análise e sistematização destas, não se faz nenhuma classificação nem uma tipologia que nos informe se são divergências involuntárias ou voluntárias, e se, quanto às primeiras, são variantes por omissão, por adição, por substituição, ou se correspondem a erros de leitura ou de interpretação paleográfica; e se, quanto às segundas, existem variantes léxicas, e de que tipo, se há alterações da ordem sintática, se estão documentadas reescritas de determinados segmentos textuais, ou se existem adições ou omissões de breves partes do texto. Importa aqui recordar a teoria, já avançada por nós, relativa ao primeiro diálogo, a que as autoras não fazem referência: o seu elevado número de variantes torna altamente verosímil uma dupla redação do texto, realizada ora pelo próprio Moraes ora por outro autor ou copista cuja identidade se desconhece.

Mais adiante, no ponto 6 (Diálogos, ou Colóquios?: págs. 30-33) defende-se que o título dos textos deve ser o termo «colóquio», em vez de «diálogo», pelo facto de ser esse o termo aceite por toda a tradição manuscrita que assim os intitula, com exceção do códice da Ajuda, que conserva o vocábulo «prática». Por isso, decidiram adotar

esta designação, mas incluindo também “o termo «diálogo» por uma questão de ligação a uma tradição editorial que perdurou até ao presente” (pág. 32), o que faz sentido.

Quanto à datação dos textos, que ocupa a secção 7 (págs. 33-37), os dados por eles proporcionados são tão escassos e ambíguos que de pouco servem para situá-los cronologicamente. Ainda assim, graças a alguns deles, as autoras situam o primeiro texto em data anterior a 1541, enquanto o segundo terá sido composto entre 1525 e 1539. Por sua vez, para o terceiro não existem elementos suficientes que permitam sequer apontar uma data aproximada. Tivemos a ocasião de expor em publicação nossa, a que só a professora Laranjinha alude, as razões que nos levaram a situar o primeiro diálogo entre os finais de Outubro de 1541 e 1543, isto é, durante a estadia de Moraes em França. No que diz respeito ao segundo diálogo, concordamos em parte com a professora Laranjinha, uma vez que também já havíamos apontado em publicação nossa para uma data anterior a 1539. Quanto ao terceiro texto, nós também não conseguimos fixar data nenhuma devido à falta de dados objetivos.

Para a secção 8 (Os interlocutores: págs. 37-38), que deveria ser um dos mais importantes do trabalho em apreço, nela dever-se-ia ter analisado, entre outros, o tópico das armas e das letras ou o debate da verdadeira nobreza no século XVI, eixos temáticos

dos diálogos mantidos entre as personagens. No entanto, as autoras não dedicam ao assunto mais do que uma página e meia, mais precisamente, um parágrafo para cada um dos três diálogos, onde referem sumariamente alguns dos aspetos mais recorrentes, sem, todavia, aprofundarem qualquer um deles.

O nono e último bloco da introdução trata da ação da censura (págs. 39-48), nomeadamente nos trechos que a ortodoxia católica considerou como coisas lascivas e desonestas, e que decidiu eliminar na publicação eborense de 1624. Assim sendo, os censores suprimiram determinados aspetos, quer religiosos quer eróticos bem como críticas a uma das casas mais poderosas de Portugal, os duques de Bragança, provavelmente pensando no potencial público a que se dirigiam estes opúsculos ou, simplesmente, por uma questão moral.

Antes de passarem às edições críticas de cada um dos textos, as autoras oferecem uma Bibliografia (págs. 49-54), que importa comentar devido a algumas inexatidões e ausências notáveis. Para além de não haver qualquer referência à base de dados *Dialogyca*, da Universidade Complutense de Madrid, e tudo o que ela contém sobre os diálogos portugueses, não aparece referenciada a única tese de doutoramento dedicada ao género dialógico em Portugal, da autoria da professora madeirense Maria Teresa Nascimento, *O diálogo na literatura*

portuguesa. *Renascimento e Maneirismo*, apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra em 2006 (Publicada em Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra-Gráfica de Coimbra Lda., 2011). Note-se ainda que uma obra de Camilo Castelo Branco, *Narcóticos: notas bibliográficas, históricas, críticas e humorísticas*, figura na bibliografia como tendo sido publicada em 1920, quando, na realidade, se trata de uma reedição do livro que saiu dos prelos, pela primeira vez, no Porto em 1882. Por último, no desenvolvimento da introdução, fala-se de uma série de transcrições, realizadas pelas autoras, do testemunho da coleção pombalina, da Biblioteca Nacional de Lisboa, dentro do projeto *Diálogos Quinhentistas* (pág. 16), porém, tais transcrições não foram incluídas neste apartado bibliográfico, o que não nos permite conhecer a qualidade desse trabalho.

A seguir, as autoras inserem umas Normas de transcrição e aparato crítico (págs. 55-58) antes de passarem à edição dos três textos, sendo cada um da responsabilidade de uma professora diferente: o «Colóquio primeiro», de Margarida Santos Alpalhão (págs. 59-81), o «Colóquio segundo», de Ana Sofia Laranjinha (págs. 82-94), e, por último, o «Colóquio terceiro», de Isabel Barros Dias (págs. 96-101).

Por último, esta edição é complementada por um Glossário (págs. 103-108) e por um Índice de nomes próprios (págs. 109-118), que seguem

de perto os que nós inserimos nas nossas três edições críticas acima referidas. No que diz respeito ao primeiro, apresentam 90% das palavras que nós próprios referenciamos, e o mesmo acontece quanto ao segundo diálogo, dado que incluem uma percentagem mais ou menos similar das personagens aludidas nos opúsculos moraesianos e que nós incluímos no aparato crítico, em notas de rodapé. Em alguns casos particulares, repetem “por coincidência” as interpretações a que chegámos nós no que se refere a determinadas figuras históricas, como Marco Fúrio Camilo, Marco Cláudio Marcelo ou Bártolo de Sassoferrato, para referir apenas alguns exemplos.

Também gostaríamos de apontar aqui vários aspetos que foram silenciados no livro que estamos a recensear. Apesar de que nada se diz a esse respeito, dá-se a feliz coincidência de que as autoras escolheram como texto-base (P) o mesmo testemunho utilizado por nós para realizar a primeira edição crítica dos três textos de Francisco de Moraes. Por isso, não será estranho que o número de variantes apresentado pelas autoras no aparato crítico seja em cerca de 85% dos casos quase o mesmo que nós apresentámos nos nossos estudos, exceto no primeiro diálogo, porque, neste caso, sim, apresentam um novo testemunho, o da Ajuda (C), que nós desconhecíamos – testemunho, porém, que as autoras consideram “pouco relevante para o estudo de variantes” (pág. 22). No caso particular do

terceiro diálogo, sob a responsabilidade da professora Isabel Barros Dias, faz-se uma edição crítica a partir exatamente dos mesmos testemunhos que nós utilizámos, de tal maneira que os resultados só podem ser quase idênticos, com quase o mesmo número de variantes, cerca de 40 em ambos os casos. A modo de exemplo, vejam-se as notas 7 (“pé] *E* o pé”) e 13 (“quantas nesparas vem de Flandres] *E* quâtos instrumentos musicos ha”), ambas na página 98 da atual edição, frente as notas 11 (“pé *Evo*: o pé”) e 14 (“quantas nésparas vêm de Flandres *Evo*: quantos instrumentos músicos há”) da nossa edição já referenciada. Ainda assim, a autora esquece-se de observar este relevante facto, apresentando esse trabalho como algo inédito.

Assim, perante este livro, o público pode pensar que se trata de uma investigação que desbravou um terreno virgem. No entanto, os silêncios que ecoam ao longo de todo o trabalho são tão sonoros que fazem com que o resultado final fique empobrecido. Fazer uma edição crítica implicava fazer um estado da questão; conhecer e creditar os contributos de cada um dos investigadores que se dedicaram ao tema; saber os acertos e as falhas de cada um deles a fim de valorizar e conhecer melhor as verdadeiras novidades que nos oferecem nesta nova impressão dos textos de Francisco de Moraes, e que assim ficam obscurecidas. Por via do silenciamento inexplicável dos resultados de trabalhos anteriores,

sobejamente conhecidos pelas autoras, obtém-se um trabalho que só aparentemente é inédito.

A modo de conclusão, resta-nos apenas acrescentar que o livro que acabamos de recensar talvez tivesse tido melhores e mais convincentes resultados se os trabalhos anteriores, em vez de terem sido omitidos por uma razão que não conseguimos vislumbrar, tivessem sido levados em consideração.

Aurelio Vargas Díaz-Toledo

LE TRIOMPHE DE L'ARTISTE

LA RÉVOLUTION ET LES ARTISTE –

RUSSIE: 1917-1941

TZVETAN TODOROV

Paris, Flammarion/Versilio, 2017

336 páginas. ISBN 9782081404731

Le Triomphe de l'artiste (O triunfo do artista), de Tzvetan Todorov, publicado em França pela editora Flammarion, é um ensaio que veio a público em fevereiro de 2017, o mesmo mês que viu desaparecer do meio de nós o seu autor. Este ensaio define previamente o seu objecto de reflexão explicitando-o no subtítulo “La révolution et les artistes. Russie: 1917–1941” (“A revolução e os artistas: Rússia: 1917–1941”). Mas desengane-se o leitor apressado que, ligando título e subtítulo, pensaria na Revolução russa como significando o triunfo da arte ou dos artistas. Pelo